



**AMAZÔNIA NO PLURAL: RELIGIÕES,  
FRONTEIRAS E IDENTIDADES**

I SIMPÓSIO NORTE DA ABHR  
IX SEMANA DE HISTÓRIA DO CESP/UEA  
I FAZENDO ARTE NORTE

**RELIGIÃO E POLÍTICA:  
COMO COMPREENDER A IDEOLOGIA DE GÊNERO DA  
ANÁLISE DE PAUTAS MORAIS**

GT 7: RELIGIÃO E GÊNERO EM ESPAÇOS PLURAIS

Ana Luíza Gouvêa Neto<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista Capes, Diretora de Divulgação da ABHR (2017-2019). E-mail: analu172@hotmail.com.

## 1. Campo religioso brasileiro e sua reconfiguração

Acompanhando as mudanças ocorridas no país ao longo do século XX, o movimento evangélico também sofre transformações tanto estruturais, quanto teológicas. O apoliticismo, as restrições ao mundano e o comportamento asceta aos poucos vão perdendo força no meio evangélico, e esse passa a se adaptar ao novo contexto histórico-social<sup>2</sup>.

O ser evangélico na atualidade se transformou em um fenômeno global. É notável a grande expansão do movimento ao longo das últimas décadas em sociedades emergentes do Pacífico Sul, da África, Leste e Sudeste da Ásia. Mariano (1999, p.9) trata esse processo como globalização do *protestantismo popular*.

Pentecostais e protestantes históricos compõem o grupo denominado de evangélico na Latino-América. Descendentes da Reforma Protestante ocorrida no século XVI, os evangélicos abarcam igrejas como a Luterana, a Batista e a Metodista até a Congregação Cristã no Brasil, a Assembleia de Deus e a Universal do Reino de Deus. É essa a religião que mais cresce no país ao longo do século XX, transformando a composição no interior do campo religioso brasileiro (CAMPOS, 2008, p. 15)

Caracterizado como movimento de minorias, pobres, analfabetos e negros (MARIANO, 2012, p. 11-12), o pentecostalismo implantado no Brasil, na década de 1910, é bem diferente do encontrado atualmente. Características marcantes como sectarismo, ascetismo, apoliticismo não são as principais características dos pentecostais na atualidade. Pressupõe-se uma passagem da visão pré-milenarista para pós-milenarista nos redutos pentecostais. Ao ter sua concepção escatológica e teológica mudadas, os pentecostais passam a construir novas identidades, estas agora mais em consonância com o mundo.

A transformação na mentalidade evangélica se dá em todas as esferas do segmento, logo, não é incomum notar igrejas pentecostais conservadoras ou mesmo protestantes históricas assumindo características mais modernas e contemporâneas. A transformação da identidade evangélica acompanha a história política, econômica, cultural e social do Brasil. Como dito anteriormente, as décadas de 1940/1950 são preponderantes para este processo.

---

<sup>2</sup> A partir da democratização, da abertura para o mercado econômico liberal, há uma transformação de mentalidade do cidadão. A democracia trouxe consigo valores ligados à liberdade de escolha, somada a nova capacidade de consumo possibilitada a partir da nova política econômica, o cidadão de forma geral – e sobretudo a classe média – ganha poder de compra. Há toda uma transformação na construção do cidadão, agora com a mentalidade consumidora. O movimento pentecostal vai acompanhar essa transformação na sociedade e se adaptar a esses novos valores e mentalidades.

A reconfiguração do campo religioso brasileiro muito se deve aos fatores supracitados que possibilitaram a expansão e transformação de mentalidade não somente do pentecostalismo, mas dos evangélicos levando-os para novos espaços da sociedade. Os evangélicos deixaram de ser minoria perseguida e ocuparam lugares na política, na mídia, na educação, enfim, na sociedade de maneira geral.

## 1.2. A identidade evangélica

Ao abarcar diversos tipos de protestantismo, é importante marcar a diferença dentro do campo evangélico. É necessário esclarecer que, ao se tratar de pentecostalismo, o que está em voga é o movimento com raízes no metodismo wesleyano e no movimento *holiness*. O pentecostalismo se distinguiu do protestantismo histórico ao pregar com base no episódio de Pentecostes: o Espírito Santo se manifesta aos apóstolos através das línguas de fogo. A glossolalia e a cura são os dons do Espírito que se sobressaem no meio pentecostal.

O ano de 1980 inaugura um novo padrão de classificação adotado pelo IBGE, com a separação entre protestantes históricos e pentecostais. Nessa época, os protestantes históricos ainda compunham a maior parte da parcela evangélica brasileira representando 51% do total.

De acordo com os Censos Demográficos do IBGE em 1980 o percentual de evangélicos comparado à população era de 6,6%, chegando a 9% em 1991. Percebe-se que foi na década de 2000 que houve um grande salto da população evangélica atingindo o número de 26.452.174 adeptos, o que representou 15,6% da população. O Censo de 2010 mostrou o crescimento contínuo dos evangélicos, apontando o número de 42.275.440 adeptos. Isso significa dizer que entre os anos de 2000 e 2010 a população evangélica cresceu 61,45%.

Entretanto, deve-se observar dois pontos: 1 - o crescimento evangélico vem ocorrendo de forma desigual no território brasileiro, destacam-se as regiões Norte e Centro-Oeste como as que mais têm tido adesão ao segmento. Aqui, vale destacar que na atual legislatura, nenhum estado do Centro-Oeste elegeu uma deputada evangélica; 2 – o crescimento tem acontecido, sobretudo, nos segmentos pentecostais e neopentecostais, salvo os batistas, os protestantes históricos e protestantes de missão não parecem demonstrar adesão considerável.

Apesar da distinção dentro do campo protestante – protestantes históricos, protestantes de missão, pentecostais, neopentecostais – observa-se atualmente um movimento de coesão no que diz respeito à identidade evangélica. De acordo com Mariz e Garciano Jr (2013) o Censo Demográfico de 2010 traz uma nova inquietação para os pesquisadores, o aumento do número de

peças que se declararam *evangélicos genéricos*. Quer dizer, tais peças não estão utilizando o pertencimento denominacional para classificarem seu pertencimento religioso. Debates à parte, acionar a identidade evangélica tem trazido consequências para o debate público, no qual os evangélicos têm tido grande visibilidade, sobretudo, por sua expansão em números absolutos a partir da década de 1980, sua inserção na mídia e na política.

## **2. Debate público: a inserção evangélica**

As relações políticas, culturais e religiosas exibem a identidade evangélica enquanto é construída pela mídia – impressa, eletrônica e audiovisual. “No caso da cultura evangélica, observamos a tendência da religiosidade autônoma, em que os indivíduos dispõem do mercado cultural para formar visões de mundo, afirmar ou questionar sua identidade” (BELLOTTI, 2010, p. 57).

Importa aqui as consequências trazidas pela utilização da mídia na atualidade. Até por volta dos anos de 1970, os evangélicos limitavam sua ação proselitista midiática ao rádio e aos impressos, porém, na mesma década, vê-se a consolidação dos hábitos em relação ao uso da televisão; e, já em 1980, a produção da TV ocorre de forma massiva. Nesse período, ocorre a entrada dos evangélicos na produção televisiva, o que possibilitou a comunicação em massa nesse segmento religioso.

O modelo de mercado fez com que diferenças doutrinárias perdessem força perante uma tendência crescente de enfatizar o lado prático da religião. Por isso, temas como família, moral e a educação infantil ganharam relevo. A família foi considerada pelos evangélicos o bastião de resistência às mudanças socioeconômicas e culturais do século XX. (BELLOTTI, 2010, p. 235).

A partir do discurso de líderes evangélicos, a ideia de se defender os valores cristãos – moral e ético – são trazidos para a esfera pública através dos meios de comunicação e chegam a repercutir na política brasileira. Os evangélicos, ao mudar a ênfase da mensagem religiosa e, com o auxílio dos meios de comunicação, ao legitimarem um novo modelo de vida, reconfiguram a imagem que o fiel tem de si e de seu grupo, forjando uma nova identidade evangélica.

### **2.1. Irmão vota em irmão**

O Batismo no Espírito Santo e os dons do carisma – glossolalia, cura – não são mais as únicas pautas do ser evangélico. Nesta altura do movimento, depois de tantas transformações, rupturas e continuidades, interessa também o poder político. A indústria de comunicação possibilitou aos

evangélicos legitimar a nova teologia, na qual a prosperidade é requisito, mas também construir e consolidar uma nova identidade supradenominacional na qual os *políticos evangélicos* ou *evangélicos políticos* a acionam em nome de uma maioria moral, silenciosa (TADVALD, 2015).

A transformação dos valores evangélicos mudou o modo de agir e pensar, reformulando identidades. A imagem do crente ascético, apolítico e sectário não combina mais com o discurso de uma instituição mais moderna e adepta às tecnologias e sociedade e, a velha máxima de que *crente não se mete na política* cedeu lugar para *irmão vota em irmão*.

Condenar o mundo não leva mais o crente a se tornar sectário, pelo contrário o traz para lutar no presente em busca de fazer a diferença no mundo. O parlamento se torna o lugar central de disputas e lutas para implantação de valores morais cristãos na sociedade.

## 2.2. Redemocratização e as consequências para os evangélicos

A visibilidade dos evangélicos brasileiros na esfera política ocorre no período pré-eleitoral de 1986.<sup>3</sup> O discurso do momento girava em torno da Constituinte que daria reais possibilidades para que se reescrevesse o Brasil. Era a oportunidade que o evangélico tinha para mostrar superado o complexo de minoria – apesar de utilizar esse discurso em período eleitoral – e ter voz política ativa. A República traz consigo uma reconfiguração do interesse de atuação política dentro do setor evangélico.

Este novo interesse nasce na necessidade de ter representatividade na Assembleia Constituinte. E, essa foi conseguida através da eleição de 34 parlamentares que se autodeclararam evangélicos. De acordo com Pierucci (1989, p. 104) tais evangélicos se propuseram a coordenar suas ações para a pauta moral em confluência com a direita política em busca de publicidade e visibilidade. Já nesse momento pôde-se identificar tensões entre a defesa de uma pauta moral cristã e o feminismo – o qual possibilitaria o rompimento da hierarquia patriarcal pautada na diferenciação sexual biológica – a sexualidade, questões ligadas à homossexualidade, entre outras.

Os evangélicos tiveram especial cuidado em se concentrar na *Comissão da Família, Educação e Cultura*, na qual, 12 parlamentares evangélicos marcaram presença. “A *Folha* noticiava ‘um novo *lobby* no Congresso Constituinte’” (PIERRUCCI, 1989, p. 124), assim, a visibilidade fez com que as igrejas evangélicas virassem notícia, não somente na mídia religiosa, mas também na mídia secular.

---

<sup>3</sup> Tendo em vista que Freston aponta que de 1930 já se podia encontrar parlamentares evangélicos, entretanto esses eram pouco e advindos de Igrejas Protestantes Históricas.

Entretanto, a entrada na corrida política não ocorreu por parte de todas as igrejas evangélicas; a Congregação Cristã do Brasil e a Deus é Amor ainda se mantêm à parte da corrida eleitoral.

Desde a Constituinte de 1986 a participação evangélica é maior no segmento pentecostal e neopentecostal se comparado ao segmento do protestantismo histórico. Salienta-se que atualmente, juntamente com a Assembleia de Deus e a Batista, a Universal do Reino de Deus é uma das igrejas que mais elege seus candidatos.

Após a redemocratização do país, assiste-se a uma política evangélica dominada por políticos ligados ao *pentecostalismo clássico*, já nos fins da década de 1990, vê-se a *neopentecostalização* da Frente Parlamentar Evangélica.

Para facilitar a conquista de votos, as igrejas evangélicas têm se empenhado em lançar candidatos próprios, influentes e conhecidos no ambiente institucional religioso. Membros da hierarquia são lançados como candidatos na busca de transferir a influência religiosa para a esfera política.

### **2.3. Articulações entre religião e política no Brasil**

No Brasil atual religião e política são esferas que conversam entre si. Com a explosão evangélica no debate público muito se tem falado no processo histórico da secularização. Vê-se no Congresso embates constantes entre discursos a favor de um secular – superior à religião, neutro de valores religiosos – e discursos a favor do direito que a religião teria em se expressar de forma política. Campos (2015) em seu texto aponta para tensões e conflitos gerados a partir da participação religiosa no cenário público. Tais conflitos e tensões tornam-se notórios com a entrada do segmento evangélico na política, que apesar de constituírem minoria comparada à população, ocupam lugar de grande visibilidade.

As imbricações entre religião e política no Brasil podem ser compreendidas em duas esferas que se complementam: em um plano tem-se o uso político da religião; e em segundo plano, tem-se o uso religioso da política. As existências dessas duas esferas não se excluem, pelo contrário, se complementam e, em momentos de eleições, por exemplo, é possível delinear fronteiras entre essas esferas.

Os principais atores a acionarem as esferas que relacionam religião/política são os evangélicos. Boa parte dos candidatos que se autodeclaram religiosos é proveniente do segmento evangélico, com destaque para os pentecostais e neopentecostais. Sendo assim, é praticamente impossível pensar em política no Brasil sem levar em consideração o campo religioso evangélico.

O sucesso do projeto político evangélico se deve a três fatores: a proximidade que a igreja tem com o fiel, como também as influências que as mesmas exercem na vida deste fiel. Com uma pauta voltada para família e a moral cristã, o segmento conseguiu legitimar sua presença na arena política e remodelar a identidade de seus membros. O segundo fator está ligado à estruturação. As igrejas, por serem estruturadas de forma centralizada e oligárquica, seus dirigentes tomam as decisões e as transmitem para os fieis. Nas lideranças assembleianas, por exemplo, há um forte caráter caudilhesco e *coronelístico*. O terceiro e último fator, mas não menos importante, relaciona-se com a eficiência das igrejas na utilização dos meios de comunicação em massa. De acordo com Freston (1993), política e mídia se reforçam reciprocamente na composição do campo evangélico. Não é de espantar ver famosos da mídia evangélica compondo a Frente Parlamentar Evangélica.

#### **2.4. A união evangélica**

Já foi mencionado que os parlamentares evangélicos desde a Assembleia Constituinte de 1986 têm formado um bloco suprapartidário e supradenominacional, o qual se convencionou ser chamado de Bancada Evangélica. Composto em sua maioria por parlamentares evangélicos com posturas conservadoras e tradicionais e por isso, denominado por Pierucci (1989, p. 124) de “Nova Direita Cristã”.

Isso significa dizer que nas votações do Congresso, esse bloco evangélico, tem uma tendência em votar em consonância com os partidos considerados de direita. Para além, e aqui centra-se o mote desse bloco, a politização evangélica no Brasil traz para o debate político questões relacionadas aos valores tradicionais e moralistas da sociedade cristã.

A coesão dos parlamentares evangélicos se deve às suas pautas que se unem em torno dos bons costumes, da moral sexual evangélica, da família cristã. Pontos de divergências, tais como que abarcam questões sociais são relegados a segundo plano. Entretanto, não se pode assumir que todos os parlamentares evangélicos têm posturas conservadoras e tradicionalistas. Assim como o próprio segmento evangélico, composto por diversas denominações, com doutrinas, teologias e costumes distintos, também o são os parlamentares.

Todavia se o grupo que se tem por costume denominar de evangélico guarda heterogeneidade, não significa que todas as diferenças ocupem lugar de mesma visibilidade que as correspondências.

Destarte, são essas lideranças e grupos auxiliados pela mídia e pela política partidária que criam, reproduzem e representam a identidade evangélica para além das denominações. E assim, o conservadorismo moral enquanto pauta política, também se faz presente em parte do eleitorado, pois é justamente a questão moral que tem tido centralidade e peso na definição do voto cristão evangélico (SOUZA, 2013, p. 184).

### **3. A perspectiva de gênero a partir da Frente Parlamentar Evangélica**

O Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica traz em seu artigo 2º. III:

Procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus, e conforme Sua Palavra (ESTATUTO, Frente Parlamentar Evangélica).

Como visto no trecho acima, a Frente Parlamentar Evangélica tem por objetivo legislar em nome de Deus.

A inserção na política e o ativismo religioso são necessários para enfrentar a situação em que o país se encontra de ameaça à instituição tradicional da família e a moral e ética cristã. O movimento feminista e o movimento LGBT estariam contribuindo para a destruição da família tradicional cristã, e por isso precisariam ser combatidos.

A F.P.E. surge como consequência da transformação da mentalidade relacionada à política, a partir da inserção dos evangélicos no cenário político na busca de defesa de seus interesses religiosos, políticos, econômicos, institucionais. A mobilização parlamentar e extraparlamentar evangélica em torno de uma coalizão fez com que os evangélicos agissem de forma alinhada desde a Assembleia Constituinte de 1986, e a F.P.E. nasce como uma forma legítima de representação dos evangélicos no espaço político.

Composta por Deputados Federais, Senadores e por colaboradores – ex parlamentares – que se autodeclaram evangélicos e que acionam suas identidades religiosas enquanto ação política, tal segmento evangélico-parlamentar tem carregado como mote de suas pautas a defesa dos bons costumes, da família e da moral sexual cristã.

A bancada evangélica, como usualmente é chamada, tem sido o segmento que tem se posicionado de maneira fortemente contrária aos direitos LGBTs, sexuais, reprodutivos e a “ideologia de gênero”.

A matéria intitulada *Deputados evangélicos radicalizam contra união de homossexuais na Aleac*, publicada pela gazetadoacre.com, a matéria *Projeto de lei poderá criar o "bolsa-estupro" para evitar que mulheres abortem*, publicada pelo correio24horas e, a notícia publicada no site do Senador Magno Malta, *Cristãos criam força-tarefa para combater ideologia de gênero nas escolas* são alguns exemplos da forma com a qual a Frente Parlamentar Evangélica vem lidando com projetos de lei que visam ampliar os direitos do segmento LGBT, direitos reprodutivos femininos e direitos que estejam ligados às questões relacionadas a gênero. Há que se perguntar, no entanto, o porquê desse combate militante à “ideologia de gênero”. Com base nas pautas que unem os parlamentares evangélicos, se pretende identificar qual a perspectiva de gênero projetada pela Frente Parlamentar Evangélica.

Entre as pautas defendidas pela Frente Parlamentar Evangélica, duas serão abordadas no texto, a questão do aborto e os direitos LGBTs. As mesmas assumem lugar de destaque quando o assunto é a defesa da moralidade cristã.

Quando se trata em debater questões relacionadas ao corpo feminino, tal como o aborto, deve-se pensar que nem todas as instituições religiosas abordam o assunto da mesma forma. Os discursos institucionais são heterogêneos, assim como os discursos dos parlamentares que compõem a Frente Parlamentar Evangélica. Há, portanto, uma flexibilização da compreensão por parte de algumas instituições sobre situações possíveis da interrupção da gravidez. Ainda que o posicionamento institucional de algumas igrejas aponte para uma visão mais flexível no debate em torno do aborto, não significa, conseqüentemente, que os parlamentares ligados a essas instituições irão reproduzir o mesmo discurso.

A dissonância entre parlamentares evangélicos e discursos oficiais de instituições religiosas pode ser exemplificada pelo deputado federal Áureo Lídio Moreira Ribeiro, evangélico metodista, foi um dos criadores da Frente Parlamentar em Defesa da Vida, em 2015, que tem como finalidade: “[...] acompanhar e fiscalizar os programas e as políticas públicas governamentais destinadas a proteção e garantia dos direitos à vida, a família, da criança e do adolescente[...]” (ESTATUTO, Frente Parlamentar Evangélica). Destarte, a Igreja Metodista admite o planejamento familiar, bem como a interrupção da gravidez nos seguintes casos: estupro, risco de morte da mãe

e má formação fetal; enquanto a Frente Parlamentar em Defesa da Vida é contrária a legalização do aborto.

Recorrente na pauta da Frente Parlamentar Evangélica, o aborto é tema debatido desde o início da formação da coalizão evangélica no Congresso. Frases como: ‘Se uma mulher quiser, ela pode resistir ao estupro [...] Se a mulher não quer, o homem não consegue estuprá-la’ (PIER-RUCCI, 1969, p. 122), proferidas pelo à época deputado Sotero Cunha, pastor da Assembleia de Deus, enquanto justificativa para a não descriminalização do aborto, dão sinais, não somente, da preocupação em normatizar o corpo feminino, mas também, da compreensão de uma perspectiva de gênero.

O tema sexualidade mobiliza os parlamentares religiosos, que buscam através da religião impor à sociedade valores morais. Tão caro às mulheres, sexualidade e feminino sempre foram temas encarados enquanto abjetos pela religião. Os parlamentares evangélicos reproduzem e produzem os discursos institucionais religiosos relacionados à compreensão de gênero que estão ligados a uma interpretação de divisão social do trabalho com base nos sexos construída pelas instituições. E, que ganha característica de natural e eterna. E, por ser natural, ganha autoridade para legitimar a própria ordem que constrói.

Não obstante, a sociedade constrói o corpo como dotado de uma realidade sexuada responsável pela divisão sexual e, impõe regras ao corpo, no objetivo de normatizá-lo. Nos discursos ligados ao debate do aborto, fica claro que os parlamentares evangélicos têm uma compreensão de gênero pautada no binarismo, na qual homens e mulheres têm papéis bem definidos na sociedade e desiguais. Às mulheres, em uma sociedade pautada por normas androcêntricas, cabe o espaço do privado; enquanto aos homens cabe o espaço do público – e conseqüentemente, das discussões em relação à normatização do próprio corpo feminino.

A normatização do corpo, contudo, não é apenas do feminino. A partir do debate que gira em torno das reivindicações do movimento LGBT, também é possível compreender que todos os corpos têm sobre si uma normatização imposta pela sociedade.

No decorrer dos últimos anos assiste-se a ampliação da visibilidade do movimento LGBT no país. Conseqüentemente, o movimento tem alcançado novos espaços e adquire não somente nova força política, mas direitos políticos. Em contrapartida, os parlamentares evangélicos têm se mobilizado na luta contra o segmento LGBT, em prol da moralização da família. Ao tomarem a posição de reguladores da sexualidade utilizando o nome de Deus, tais parlamentares vêm tra-

vando uma luta político-religiosa no intuito de barrar a ampliação dos direitos LGBT. Um exemplo seria a discussão que suscitou o debate da união civil entre pessoas de igual sexo.

Outro debate que ganhou visibilidade envolvendo a bancada evangélica e o movimento LGBT foi a apresentação do Projeto de Lei 234/2011, pelo deputado João Campos – também presidente da Frente Parlamentar Evangélica – apelidado de *cura gay*. Aprovado pela Comissão de Direitos Humanos, o projeto foi retirado de pauta por João Campos após as manifestações de 2013, reapresentado em 2014 contou com forte apoio do deputado Marco Feliciano. A imagem do deputado Marco Feliciano materializa, salvo exceções, o posicionamento e direcionamento da bancada evangélica, nos quais, prevalecem o discurso da heteronormatividade e a abjeção dos corpos que não se adéquam à matriz de inteligibilidade.

Os discursos da Frente Parlamentar Evangélica reforçam uma normatização de ideal de gênero e, tal reforço à materialização de identidades e manifestações de gênero pode ser observado nos discursos reproduzidos por seus integrantes com base conservadora e tradicionalistas ancorados no texto sagrado – Bíblia.

### **Considerações Finais**

O presente texto buscou destacar, ainda que de forma breve, como as pautas morais que unem a Frente Parlamentar Evangélica relacionam-se com a compreensão de gênero dos parlamentares evangélicos que compõem esse grupo. Para tanto, foi apresentado como esses novos atores entraram no debate público e ganharam visibilidade e poder político.

Viu-se o surgimento de um novo bloco político, coeso em certo sentido, ser formado a partir da redemocratização do país. Os evangélicos, que anteriormente se viam à parte da política enxergaram uma oportunidade de transformarem suas demandas religiosas em demandas políticas a partir das eleições para a Assembleia Constituinte de 1986.

De lá para cá, os evangélicos não só expandiram em números populacionais, mas também fizeram ecoar suas vozes na esfera política. Através da eleição de parlamentares evangélicos, as fronteiras entre as denominações religiosas têm se mostrado fluidas e porosas. Com auxílio da mídia e de lideranças políticas, é possível na atualidade pensar em uma identidade evangélica supradenominação. Essa identidade é acionada constantemente por políticos evangélicos em nome de uma maioria cristã.

Em nome dessa maioria cristã, silenciosa, têm-se visto uma aproximação da Frente Parlamentar Evangélica com a direita conservadora. Projetos de Lei que visam a ampliação dos direitos LGBTs, das mulheres, das minorias de forma geral, têm encontrado dificuldades de aprovação no Congresso brasileiro.

A dificuldade de aprovação de tais projetos relaciona-se às bandeiras empenhadas pela Frente Parlamentar Evangélica. Pautas morais relacionadas à sexualidade, aborto, homossexualidade, etc. são defendidas ferozmente pelos parlamentares evangélicos que se autodefinem como guardiões da moralidade. É no espaço físico, no espaço da política, que a luta entre o Bem e o Mal está sendo travada.

Ao discursarem contra o aborto, contra a união civil entre pessoas de mesmo sexo, a favor da *cura gay*, os parlamentares evangélicos indicam com qual perspectiva de gênero estão alinhados. Alinham-se a uma perspectiva estruturalista de gênero a qual recorre de maneira sistêmica a antagonismos, propondo uma essência universal para o modelo androcêntrico e patriarcal de sociedade.

A partir dos discursos dos parlamentares evangélicos coloca-se aqui, que os mesmos entendem os papéis de gênero a partir de um viés estruturalista. Neste esquema, à mulher, biologicamente fêmea, cabe o espaço do privado, da emoção e, ao homem, biologicamente macho, cabe o espaço do público, da razão. Submetido ao masculino, tal qual natureza/cultura, mente/corpo, o feminino necessitaria da oposição ao masculino para ter significação (BUTLER, 2015). E a distinção entre sexo/gênero ocorreria da mesma forma, ou seja, a partir de um feminino biológico, haveria que se construir um feminino (gênero) subordinado e em consonância com o sexo.

Assim, tem-se que o sexo é fundamentado a partir da biologia e o gênero tem sua fundamentação a partir da construção social/cultural. Seguindo esse pensamento, sexo, gênero e orientação sexual são interpretados de maneiras correlacionadas e dependentes.

Tal perspectiva, não deixa espaço para interpretação do gênero de forma fluida e não estanque. Sendo assim, os parlamentares evangélicos, na grande maioria, ao falarem a partir da religião – sistema que ajuda a produzir e reproduzir as assimetrias entre os gêneros – falam a partir e a favor de uma sociedade androcêntrica, com valores heteronormativos e normatizadores dos corpos.

#### **Referências Bibliográficas:**

SILVEIRA, Diego Omar; BIANCHEZZI, Clarice; TENÓRIO, Adriano Magalhães; REIS, Marcos Vinícius Freitas (org.). *Anais do I Simpósio Norte da ABHR e IX Semana de História do CESP/UEA: Amazônia no plural: religiões, fronteiras e identidades*. Juiz de Fora: ABHR/ Plura, 2017.

BELLOTTI, Karina Kosicki. **Delas é o reino dos céus**: mídia evangélica infantil na cultura pós-moderna do Brasil (anos 1950 – 2000). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2010.

BUTLER, Judith. “Como os corpos se tornam matéria”. In: **Estudos Feministas**, p. 155-167, 2002.

BUTLER, Judith. Performatividad, precariedad y políticas sexuales. In: **Revista de Antropologia Iberoamericana**, p. 321-336, 2015.

CAMARA. **Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica**. Disponível em: «[http://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente\\_Parlamentar/53658-integra.pdf](http://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53658-integra.pdf). Acesso em: 17 ago. 2106.

CAMPOS, Leonildo Silveira. “Os mapas, atores e números da diversidade religiosa cristã brasileira: católicos e evangélicos entre 1940 e 2007”. In: **Revista de Estudos da religião**, 2008. Disponível em: «[http://www.pucsp.br/rever/rv42008/t\\_campos.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv42008/t_campos.pdf)». Acesso em 11 de agosto de 2013.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro (et. al.). “A disputa pela laicidade: uma análise das interações discursivas entre Jean Wyllys e Silas Malafaia”. In: **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro: ISER, pp. 02-16, 2015.

Projeto de lei poderá criar o “bolsa-estupro” para evitar que mulheres abortem”. In: **Correio 24 Horas**. Disponível em: «<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/brasil/noticia/projeto-de-lei-podera-criar-o-bolsa-estupro-para-evitar-que-mulheres-abortem/?cHash=49423c02fc819e4a97ba5a52773dfd1f>». Acesso em 17 de agosto de 2016.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil**: da constituinte ao impeachment. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993.

Deputados evangélicos radicalizam contra união de homossexuais na Alec. In: **A Gazeta do Acre.com**. Disponível em: «<http://agazetadoacre.com/noticias/deputados-evangelicos-radicalizam-contra-uniao-de-homossexuais-na-aleac-2/>». Acesso em 17 de agosto de 2016.

GOMES, Angela de Castro. “Ideologia e trabalho no estado novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES, Edlaine Campos. Resistências e possibilidades de diálogo: sobre aborto e reações político-religiosas. 2008. Disponível em: «[http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Notas\\_sobre\\_aborto\\_e\\_rea%C3%A7%C3%B5es.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Notas_sobre_aborto_e_rea%C3%A7%C3%B5es.pdf)». Acesso em 17 de agosto de 2016.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. In: **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro: ISER, 2015.

Cristão criam força tarefa para combater ideologia de gênero nas escolas. In: **Magno Malta**. Disponível em: «<http://www.magnomalta.com/portal2/index.php/outras-notas-mainmenu-45/3312>

SILVEIRA, Diego Omar; BIANCHEZZI, Clarice; TENÓRIO, Adriano Magalhães; REIS, Marcos Vinícius Freitas (org.). *Anais do I Simpósio Norte da ABHR e IX Semana de História do CESP/UEA: Amazônia no plural: religiões, fronteiras e identidades*. Juiz de Fora: ABHR/ Plura, 2017.

-cristaos-criam-forca-tarefa-para-combater-ideologia-de-genero-nas-escolas». Acesso em 17 de agosto de 2016.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MARIZ, Cecília L; GRACIANO JR, Paulo. “As igrejas pentecostais no Censo de 2010”. In: **Religiões em movimento**: o censo de 2010. Petrópolis: Vozes, 2013.

ORO, Ari; JÚNIOR, Érico Tavares de Carvalho. “Eleições Gerais de 2014: Religião e Política no Rio Grande do Sul”. In: **Debates do NER**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

PIERRUCCI, Antonio Flávio. “Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte”. In: **Ciências Sociais Hoje**. pp. 104-132, 1989.

Eleições, Igreja e religião: artigo da professora Magali Cunha. In: **Portal Metodista**. Disponível em: «<http://portal.metodista.br/fateo/noticias/eleicoes-igreja-e-religiao-entrevista-com-a-professora-magali-cunha>». Acesso em 17 de agosto de 2016.

ROCHA, Daniel. *Venha nós ao vosso reino*: rupturas e permanências nas relações entre escatologia e política no pentecostalismo brasileiro. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SANT’ANA, Raquel. O som da Marcha: evangélicos e espaço público na Marcha para Jesus. In: **Religiões e Sociedade**. Rio de Janeiro: ISER, pp. 210-231, 2014.

SOUZA, Sandra Duarte de. Mulheres evangélicas na política: tensionamentos e público e privado. In: **Horizonte**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015.

SOUZA, Sandra Duarte de. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. In: **Estudos de Religião**. São Bernardo do Campo: UMESP, pp. 177-201, 2013.

TADVALD, Marcelo. A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. In: **Debates do NER**. Porto Alegre: UFRGS, pp. 259-288, 2015.